



Prefeitura da Estância Turística de Ibiúna

Estado de São Paulo

LEI Nº. 1835.

DE 13 DE DEZEMBRO DE 2012

“Dispõe sobre a criação do Núcleo de Regularização Imobiliária e Cadastral, e dá outras providências.”

COITI MURAMATSU, Prefeito da Estância Turística de Ibiúna, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Ibiúna aprova e, ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado, junto a Secretaria de Negócios Jurídicos e Desenvolvimento Urbano, o Núcleo de Regularização Imobiliária e Cadastral – RI, que terá as seguintes competências:

I – identificar os parcelamentos de solo implantados ilegalmente que serão regularizáveis nos termos da legislação vigente;

II – iniciar e acompanhar os processos envolvendo a regularização de parcelamentos do solo;

III – assessorar as unidades administrativas da Prefeitura em matérias relacionadas ao parcelamento do solo;

IV – assessorar e opinar, quando necessário, em matérias relacionadas à transferência de cadastro imobiliário;

V – assessorar e opinar, quando necessário, em matérias relacionadas à regularização de construção;

VI – orientar e assistir os possuidores de imóveis, especialmente os situados em parcelamentos irregulares do solo, visando a regularização e obtenção do domínio;

VII – pleitear, em nome do Município e com a intervenção da Assessoria Jurídica, a regularização de parcelamentos ilegais/irregulares do solo;

VIII – praticar os atos necessários buscando a legalização das construções situadas em imóveis que estejam sendo regularizados;

IX – proceder aos levantamentos planimétricos nos expedientes relacionados a regularização do imóvel;

X – outras atribuições afetas à área de regularização de imóveis, de construções e de cadastro imobiliário;

Parágrafo único – O Núcleo de Regularização Imobiliária e Cadastral terá um Coordenador nomeado pelo Prefeito.

Art. 2º - O Núcleo de Regularização Imobiliária será composto por um procurador jurídico (OAB), um consultor jurídico/SERLA (OAB), um engenheiro civil ou arquiteto (CREA/CAU), e um topógrafo (CREA/CAU).

Art. 3º - O Núcleo de Regularização Imobiliária, irá atender os cidadãos do município, cuja renda global da entidade familiar não ultrapasse o



Prefeitura da Estância Turística de Ibiúna

Estado de São Paulo

valor de 03 (três) salários mínimos, e a área a ser regularizada tenha até 500 (quinhentos) metros quadrados.

Art. 4º - Esta Lei será regulamentada pelo Prefeito, especialmente o funcionamento do Núcleo de Regularização Imobiliária e Cadastral, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua publicação.

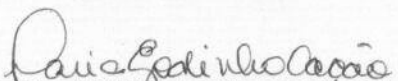
Art. 5º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de verbas próprias orçamentárias, suplementadas se necessário.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DA ESTÂNCIA
TURÍSTICA DE IBIÚNA, AOS 13 DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE 2012.**


COITI MURAMATSU
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada na Secretaria da Administração e afixada no local de costume em 13 de dezembro de 2012.


MARIA EUNICE GODINHO CAÇÃO
Secretária Interina da Administração